

A língua como um todo heterogêneo: realidade no material didático de Língua Portuguesa?

Francisco Rangel dos Santos Sá LIMA¹

RESUMO: Objetivamos discutir a abordagem da noção de heterogeneidade da língua e o espaço concedido às variedades estigmatizadas da língua portuguesa presentes no volume 01 da Coleção *Ser Protagonista* (BARRETO, 2010). Procedemos à investigação do material a partir das perspectivas teórico-metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa constantes nos PCNEM (BRASIL, 2000) e nos estudos sociolinguísticos (BAGNO, RANGEL, 2005; FARACO, 2008; BAGNO, 2007; dentre outros). Os resultados evidenciam que, embora o fenômeno da variação linguística seja mencionado, não há explicação das regras que regem variantes sobre as quais recai maior estigma, dificultando um trabalho com o Português em sua heterogeneidade linguística.

PALAVRAS-CHAVE: variação linguística; ensino de língua portuguesa; livros didáticos.

ABSTRACT: This work aims to discuss the approach of the heterogeneity notion of language, as well as the concerned space to the stigmatized varieties by analyzing the first volume of *Ser Protagonista* collection (BARRETO, 2010). This piece of research is based on the theoretical-methodological perspectives to the teaching of Portuguese language contained in the PCNEM (BRASIL, 2000) and on sociolinguistic studies (BAGNO, RANGEL, 2015; FARACO, 2008; BAGNO, 2007; among others). The results show that the phenomenon of language variation is superficially mentioned, with no explanation of the rules governing such stigmatized variants, thus not leaving room for analyses of the Portuguese language in its constitutive heterogeneity.

KEYWORDS: linguistic variation; teaching of Portuguese; textbooks.

1. Introdução

O presente trabalho, desenvolvido no Programa de Educação Tutorial (PET de Humanidades e Letras da UNILAB), sob a orientação da tutora, Professora Dra. Léia Cruz de Menezes, tem por objetivo discutir a abordagem da heterogeneidade linguística na Coleção *Ser Protagonista* (v.1), organizada por Ricardo Gonçalves Barreto, aprovada pelo PNLD-Programa Nacional do Livro Didático 2012 e adotada pela Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa, uma escola de ensino médio sediada em Redenção-CE. Para tal, consideramos alguns pontos que, no supracitado material, pretendem suscitar a temática da “variação linguística”. Nossa questão central é a seguinte: as diferentes variedades

¹ Graduando em Letras – Licenciatura em Português – pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Este trabalho foi desenvolvido no Programa de Educação Tutorial (PET), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Léia Cruz de Menezes.

linguísticas são abordadas em seu funcionamento ou apenas citadas? Entendemos que as ponderações didáticas do fenômeno “variação” precisam ser feitas com embasamento científico, o que não condiz com uma simples menção. Dessa forma, este trabalho intenta auxiliar os professores da educação básica a repensarem o trato dispensado à heterogeneidade da língua na lide com as variedades de fala de seus alunos.

A coleção na qual se inclui o livro em análise integra o Guia do Livro Didático (BRASIL, 2012), material disponibilizado às escolas para escolha do livro didático (doravante LD) a ser adotado em sala de aula. O Guia assim descreve o tratamento que o LD concede aos conhecimentos linguísticos:

[...] considera, na abordagem das normas urbanas de prestígio, o português brasileiro contemporâneo. Nas atividades, tanto explora os fenômenos da linguagem de uma perspectiva da linguística, quanto de um ponto de vista da gramática tradicional, observando-os em experiências textuais e discursivas autênticas (Guia PNDL, 2012, p. 65-66).

Subentende-se por essa citação constante no Guia que o LD pretende levar o aluno à reflexão acerca dos usos da língua, considerando a variação linguística, abordando fenômenos linguísticos tanto na perspectiva da Linguística quanto na perspectiva da tradição. Assim, segundo o mesmo Guia, “Há momentos em que a coleção questiona os conceitos tradicionalmente estabilizados, enquanto, em outros, recorre a definições dessa mesma natureza” (Guia PNDL, 2012, p. 66). Ou seja, ora assume a visão descritiva da Linguística, ora a visão prescritiva da tradição. Desse modo, espera-se que a obra aborde incongruências na descrição da língua e trate das variedades linguísticas. Entendemos que assumir uma visão prescritiva da língua estimula, implicitamente, uma visão de uniformidade linguística, pois desconsidera os diversos modos de usos da língua nas situações reais de intercâmbio pela linguagem verbal.

Ao esclarecer que todas as variedades constitutivas da língua têm normas gramaticais e ao explorar as regularidades das variedades que constituem a língua portuguesa, fomenta-se o reconhecimento da legitimidade das várias formas de expressão em língua portuguesa. De acordo com Antunes (2003, p. 20), um dos motivos de muitos alunos terem aversão às aulas de Língua Portuguesa, repercutindo no seu insucesso escolar, deve-se à conclusão nada benéfica de que “não se sabe o português” ou de que “o português é uma língua muito difícil”.

Deseja-se que o livro didático de Língua Portuguesa, por ser um dos principais recursos (se não, o único) dos professores e professoras da educação básica em suas aulas, aborde de forma científica as diferentes variedades da língua, uma vez que, como veremos a seguir, é a língua, em sua essência, multifacetada. A maneira científica no trato com as variedades se dá, ao nosso ver, pelo reconhecimento de que nenhuma variedade é melhor do que a outra: “os falantes recorrem a elementos linguísticos distintos para expressar as mesmas ideias” (COELHO, 2007, p. 10). Essa compreensão pode contribuir no êxito escolar dos aprendizes; pois, caso compreendam que sua variedade é inferior e errada, um bloqueio para o desenvolvimento de suas habilidades orais e escritas em situações comunicativas que preveem

um certo monitoramento estilístico poderá ser gerado. Por outro lado, se os aprendizes entendem a legitimidade das variedades estigmatizadas, poderão estar aptos a aceitar as expressões em variedades distintas das suas e não se sentirão menosprezados, caso a variedade que trouxeram à escola esteja distante daquela que a escola pretende dar-lhes a conhecer.

Apesar de essa pesquisa debruçar-se sobre a abordagem explícita do fenômeno “variação linguística” em um material didático, a fim de analisarmos a abordagem da heterogeneidade linguística, entendemos que o papel do professor deve ser o de estar sempre atento à pesquisa e ao planejamento de suas aulas, conforme as necessidades e dificuldades de seus alunos. Não se pode admitir que o material didático disponibilizado pela escola ocupe o ponto central, cabendo ao professor o papel de mero reprodutor ou “gerenciador” da aula, embora saibamos da existência da tendência de o material didático “propor-se como ‘alternativa’ ao (não)planejamento e à prática do professor” (ROJO, 2013, p. 167). Nas aulas de Língua Portuguesa, portanto, a mera transmissão de informações contidas no LD sem a devida reflexão, ou, caso necessário, sem o empreendimento de adaptações, acréscimos ou substituições de informações, pode culminar em desestímulo do aluno.

Embasamos nossa discussão do modo pelo qual o fenômeno “heterogeneidade linguística” é tratado a partir dos trabalhos de Gnerre (1985), Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2008), Antunes (2003), Bagno (2007, 2013a., 2013b.), Bagno e Rangel (2005), Carvalho (2010), Camacho (2011), Bortoni-Ricardo, Oliveira (2013), bem como dos PCNEM-Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000), entre outros.

Organizamos este artigo da seguinte maneira: primeiramente, discutimos o conceito de “heterogeneidade” sob a perspectiva sociolinguística, levando em conta sua relação com o ensino. Em seguida, apresentamos, brevemente, a metodologia da qual nos valem em nossa investigação: questões norteadoras, noções investigativas propostas por González (2012, p. 11). Após, partimos para a apresentação e análise dos dados, discutimos algumas atividades propostas pelo LD e, por fim, arrematamos, nas considerações finais, com algumas reflexões.

2. Revisão da Literatura

Tratar variedades do Português Brasileiro implica esclarecer que todas têm regras. Sob essa perspectiva, eliminamos a tendência preconceituosa de atrelar o conceito de “erro” a certas variedades. Como assevera Antunes (2003, p. 85-86), conhecer a gramática da língua é, antes de tudo, reconhecer suas regularidades e particularidades, “aprender uma língua é, portanto, adquirir, entre outras coisas, o conhecimento das regras de formação dos enunciados dessa língua. Quer dizer, não existe falante sem conhecimento de gramática”. Ou seja, a ideia de que falantes de variedades estigmatizadas utilizam a língua aleatoriamente, sem regras, é falsa. A afirmação de que um falante nativo de determinada comunidade linguística não domina seu próprio código linguístico é falaciosa, pois é desprovida de respaldo científico. Ou, como assevera Bagno (2013b, p. 47), “todos os modos de falar apresentam uma organização gramatical complexa, perfeitamente demonstrável e exprimível na forma de regras, ou seja, todos os modos de falar são lógicos, têm sua gramática própria”.

No entanto, ainda predomina, no contexto escolar, a ideia de que “ensinar gramática” é tão-somente prescrever um conjunto de formas que devem ser utilizadas nas circunstâncias sociais, ou seja, a assunção de uma posição marcadamente normativa, opondo-se ao conceito de gramática entendido pelos estudos linguísticos modernos, que a enxergam como “a descrição das regras de funcionamento de uma dada língua ou o conhecimento intuitivo que todo falante tem do funcionamento de sua língua materna” (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 74).

Atualizados com as modernas teorias linguísticas, os próprios PCNEM reconhecem o caráter plural da língua, uma vez que a difusão deste reconhecimento é fundamental para a “preservação da identidade de grupos sociais menos institucionalizados e uma possibilidade de direito às representações desses frente a outros que têm a seu favor as instituições que autorizam a autorizar” (BRASIL, 2000, p. 9). Quais seriam estes grupos? É evidente que os PCNEM se referem a todos aqueles que, por fatores históricos, econômicos e culturais, foram excluídos do usufruto à cidadania, bloqueio este, como veremos a seguir, influenciado também pelo não domínio de determinadas variedades prestigiadas da língua. Ora, é de interesse das classes dominantes perpetuarem sua dominação por meio da redução do acesso à variedade de prestígio, uma vez que, por meio dela, pode-se ter acesso aos valores simbólicos e culturais a ela vinculados, bem como dar azo à reivindicação de direitos.

Essa prática esclarecedora é fundamental para que as salas de aula sejam espaços de não reprodução da opressão a que, historicamente, as classes sociais com menor poder aquisitivo foram submetidas. Afinal, “a maioria dos cidadãos não têm acesso ao código, ou, às vezes, têm uma possibilidade reduzida de acesso, constituído pela escola e pela “norma pedagógica ali ensinada” (GNERRE, 1985, p. 7). Além disso, “a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado para bloquear o acesso ao poder” (GNERRE, 1985, p. 16). Levando em consideração a associação entre linguagem e exclusão/inclusão social, é mister que a escola conceda espaço maior às variedades prestigiadas. Assumir a heterogeneidade não significa ignorar a valoração social concedida a certas variedades linguísticas. Na verdade, “é preciso adotar a posição do convívio democrático e tranquilo entre as formas tradicionalmente padronizadas e as formas inovadoras já incorporadas à atividade linguística dos falantes urbanos” (BAGNO, 2013a, p. 202).

As variedades linguísticas são, no que dizem respeito à potencialidade expressiva e à complexidade estrutural e lógica, equivalentes, não há uma melhor ou pior, “pobre” ou “rica”, “feia” ou “bela”; “não existindo, portanto, línguas/variedades “primitivas”, nem línguas/variedades “inferiores” a outras, supostamente mais “desenvolvidas” (BAGNO, 2013a, p. 78). Tendo a consciência de que “uma variedade linguística “vale” o que “valem” seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1985, p. 4), faz-se necessário fomentar, como uma das tarefas de uma “educação linguística”, a reflexão sistemática acerca da língua, de modo que o aluno se conscientize “das regularidades presentes em sua atividade linguística e do proveito que pode lhe advir do conhecimento dessas regularidades” (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 74).

De acordo com os estudos sociolinguísticos, “nenhuma língua é homogênea, uniforme e, por que não dizer, uma língua própria para caracterizar e distinguir a classe de prestígio” (SILVA; CARVALHO, 2013, p. 2). A língua é, portanto, um conjunto de variedades, ou seja,

um conjunto de diferentes maneiras de falar. A variação, inerente à língua, manifesta-se “em todos os níveis da fala” e “pode ser influenciada por fatores linguísticos e extralinguísticos, como origem geográfica, status socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho, redes sociais do falante”, bem como pelo “estilo pessoal do falante”. A variação a qual nos referimos “pode ser classificada em: variação diacrônica, diatópica, diastrática, diamésica e diafásica” (COELHO, 2007, p. 10).

A variação diacrônica diz respeito ao “fenômeno pelo qual, na prática corrente, uma língua não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que é noutra época, noutra lugar e noutra grupo social” (DUBOIS, 1988, p. 606 *apud* COELHO, 2007, p. 10). As gramáticas normativas são instrumentos nos quais podemos observar a presença da variação diacrônica por nelas estarem contempladas formas obsoletas, como o uso da segunda pessoa do plural, extinto tanto na escrita quanto na fala de pessoas consideradas cultas (COELHO, 2007, p. 11).

A variação diatópica ou geográfica, por sua vez, é o “resultado direto da distância física entre os falantes; assim, pessoas que residem em lugares diferentes tendem a falar de modo diferente” (CAMACHO, 2011, p. 40). Corresponde, desse modo, às diferentes maneiras de pronunciar e escolher as palavras. Por exemplo, falantes do Nordeste pronunciam sistematicamente aberta [ó] a vogal [o] em posição pretônica, “como em *novela*, *corrente*, *nojento*”, enquanto na região Sul, por exemplo, pronuncia-se fechada nessa posição (COELHO, 2007, p. 11. Grifos do autor). Em relação às diferenças lexicais, podemos citar as diferentes palavras que variam, conforme a região do país, para nomear uma mesma fruta, por exemplo, *ata*, *fruta-do-conde*, *pinha*.

A variação diastrática ou sociocultural é motivada “por diferenças de ordem socioeconômica, como nível de renda familiar, grau de escolaridade, ocupação profissional, de ordem sociobiológica, como idade e gênero”. Dessa forma, pressupõe-se que falantes que compartilham um mesmo grau de “intercâmbio social” tendem a ter um “grau de semelhança” em seus usos linguísticos (CAMACHO, 2011, p. 40). Assim, por exemplo, enquanto que um falante analfabeto e rural, por desconhecimento das variantes de prestígio, tende a economizar as marcas do plural, um professor universitário em uma fala pública tende a marcar o plural em todos os sintagmas, considerando que, “no caso da marcação de plural do português no Brasil, a variante [s] é padrão, conservadora e de prestígio” (TARALLO, 2007, p. 12).

Na variação diamésica, “fala e escrita se apresentam num *continuum* que abrange vários gêneros textuais. Há os que se aproximam mais da fala e outros que estão mais próximos da escrita” (MASCUSCHI, 2001, p. 41 *apud* COELHO, 2007, p. 13-14). Nesta perspectiva, descartando uma postura dicotômica entre fala e escrita, determinados gêneros textuais escritos, como uma carta, um bilhete ou um *outdoor*, estariam mais voltados para a fala, enquanto determinados gêneros orais, como uma conferência, uma exposição acadêmica ou um discurso oficial, estariam mais voltados para a escrita.

Por fim, a variação diafásica ou estilística deriva “da adequação da expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal com base no grau de reflexão sobre as formas que constituem a competência comunicativa do falante” (CAMACHO, 2011, p. 42).

Dessa forma, o grau de formalidade da situação comunicativa determina o grau de monitoramento linguístico do falante sobre o que ele diz, selecionando, dentre as opções disponíveis em seu repertório linguístico, as formas que melhor se adequam à dada situação, de acordo com, vale ressaltar, o papel social assumido. Por exemplo, um professor, ao notar que alguns alunos conversam durante sua explicação, pode, na sala de aula, dizer a um aluno “Por obséquio, seria possível você falar um pouco mais baixo?”. Este mesmo professor, em uma mesa de bar, pode dizer a um amigo íntimo “Fecha a matraca aí, eu perdi a concentração no que ia dizer”.

Atenta à variação presente na fala e na escrita de seus alunos, a escola, segundo as orientações dos PCNEM (BRASIL, 2000), tem por objetivo acrescentar as variedades urbanas de prestígio à variedade a qual o aluno já domina, possibilitando-o eleger, conforme as situações comunicativas, uma variedade mais adequada ao contexto. Não se trata, portanto, de uma substituição entre variedades, mas de um acréscimo. Nesta perspectiva, não há espaço para um trabalho que privilegia as regras da norma culta como únicas, mas para um trabalho que considere esta variedade como uma das variedades constitutivas da língua, observando as regras das demais normas como legítimas, conforme o contexto interacional, como opções dentre as quais os aprendizes poderão se valer para sua inserção em certos espaços sociais.

Como atesta Bagno, assim como “o sexo biológico, a orientação sexual, a cor da pele, a etnia, a opção religiosa” podem ser utilizados, por parte dos adeptos de ideologias conservadoras, como “critérios” para a condenação e perseguição de seres humanos, “também a língua ou, simplesmente, o modo de falar uma língua vem sendo empregado como suposta justificativa para esses crimes contra a humanidade”, culminando, assim, em discriminação e marginalização (BAGNO, 2013a, p. 47).

As discriminações são aliadas à errônea ideia de que um falante que não domina as regras da norma idealizada fala de qualquer maneira. No entanto, ninguém fala arbitrariamente, no sentido de inventar sua própria norma. Faraco (2008) conceitua norma “como determinado conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”. Assim, **norma** pode ser compreendida como o que “é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala” (FARACO, 2008, p. 35). O que há, então, é o compartilhamento de regras por usuários de uma determinada comunidade, e essas regras são regulares e sistemáticas. O caráter prescritivo em relação à língua, em contrapartida, desconsidera o “ser humano”, pois desvaloriza uma marca constitutiva de sua identidade.

Segundo Faraco (2008), quando falamos em “português”, devemos ter em mente que o nome, em singular, na verdade representa uma realidade plural, constituído por várias normas. Vale ressaltar que esta caracterização de norma diz respeito à maneira peculiar como cada comunidade usa a língua. Dessa forma, a chamada norma-padrão não corresponde à totalidade da língua portuguesa, nem mesmo pode ser considerada uma variedade, uma vez que a “norma culta/comum/*standard* é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua”, mas uma entidade abstrata (FARACO, 2008, p. 73). A norma culta corresponde a uma

expressão viva dos segmentos da sociedade, ou seja, utilizada pelos letrados que se valem dela em práticas monitoradas de fala e escrita; por sua vez, a norma padrão corresponde a uma entidade abstrata, “uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 73). As também chamadas por Faraco de “variedades sociais cultas” manifestam-se “em usos mais monitorados da língua por segmentos sociais urbanos, posicionados do meio para cima na hierarquia econômica e, em consequência, com amplo acesso aos bens culturais, em especial à educação formal e à cultura escrita” (FARACO, 2008, p. 171). Os falantes cultos são os que mais se aproximam desse modelo abstrato, compondo as classes sociais privilegiadas.

Poder-se-ia assumir uma postura contrária ao ensino de língua portuguesa alicerçado na repetição de nomenclaturas, exercícios mecanicistas desprovidos de reflexão linguística ao promover nas aulas de Língua Portuguesa a clara distinção entre “norma-padrão”, que corresponde a um modelo idealizado de língua, regido por moldes escritos e literários, desprovidos de funcionalidade efetiva, e, adotando o sentido plural de Faraco (2008), “variedades sociais cultas”.

O que nos importa, nas aulas de Língua Portuguesa, é o conhecimento da real norma culta, aquela que garantirá, de fato, aos alunos, a inserção aos lugares de prestígio da sociedade. Como assegura Bagno (2013a, p. 200), “ela é que deve ser o objeto e objetivo do ensino de língua na escola” e, por sua vez, é por meio dela que se pode discutir o que, de fato, pode ser considerado “erro”.

3. Metodologia

Para procedermos à discussão da abordagem da heterogeneidade da língua, tentando desvelar qual o espaço concedido às variedades estigmatizadas, por meio da reflexão dos modos pelos quais as noções de “língua”, “norma culta” e “variedades linguísticas estigmatizadas” são tratadas explicitamente em um material didático adotado por uma escola, selecionamos o volume 01 da coleção *Ser Protagonista Português*, organizada por Ricardo Gonçalves Barreto, para nortear o trabalho do professor no Ensino Médio, aprovada pelo PNLD 2012. Escolhemos o primeiro volume por conta de somente nele termos observado capítulos dedicados, explicitamente, ao conceito de língua e à variação linguística, a saber: cap. 16, intitulado *Linguagens, linguagem verbal e língua*, e cap. 17, *Uma língua, muitas línguas*. Usamos como questões norteadoras as noções investigativas propostas por González (2012, p.11), na sequência explicitadas por áreas temáticas de nossa investigação. Nossas ponderações foram embasadas nos pressupostos sociolinguísticos detalhados na Revisão da Literatura e pela compreensão que temos do modo como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa propõem o trabalho a ser realizado com a língua portuguesa na educação básica.

Eis as perguntas, subdivididas em temáticas, que nortearam nosso olhar na investigação do material didático supracitado:

Temática 01: o conceito de “língua”.

- (1) O livro apresenta a língua como um sistema homogêneo ou como um conjunto de variedades?

Temática 02: o conceito de “norma culta”.

- (2) O livro distingue “norma culta” de “norma-padrão”?
- (3) O livro explica a importância de conhecer a norma culta, sem confundir-la com o próprio conceito de “língua”?
- (4) Ao explicar a norma culta, o livro fala sobre a existência das variedades estigmatizadas e explica o lugar social delas, de modo científico?
- (5) O livro explica o desprestígio das variedades populares abrindo espaço para a discussão do preconceito linguístico?

4. Apresentação e análise dos dados

4.1 Conceito de “língua”

Acerca do conceito de “língua”, observamos, no capítulo 16, intitulado *Linguagens, linguagem verbal e língua*, o tópico *A língua como sistema*. Nesse, faz-se presente o conceito saussuriano de “língua” como sistema. O livro explica que a investigação de Saussure se debruçava sobre o que era sistemático, ignorando “a realização concreta da língua pelos falantes” (BARRETO, 2010, p. 190). Logo em seguida, faz referência à arbitrariedade do signo linguístico, ou seja, à não relação natural entre um significante e seu significado, explicando haver uma convenção, por isso, um mesmo grupo social se utiliza das mesmas formas para designar os objetos. O valor de cada signo existe devido às suas oposições dentro do sistema.

Sabemos que, para Saussure, o objeto da Linguística é a *langue*, entendida como um sistema de signos, o qual deve ser estudado de modo autônomo, ou seja, sem a necessidade de correlação entre os modos por meio dos quais os falantes se valem do sistema linguístico. Essa visão de língua excluiria tanto a sua realização concreta pelos falantes quanto, conforme destaca o livro, a sua “**evolução**” ao longo do tempo (BARRETO, 2010 p. 190). Ou seja, nesta perspectiva, a língua é uma entidade homogênea.

Na sequência, o livro explica que a concepção saussuriana de “língua” não é a única:

Outras tendências, no entanto, foram surgindo com o tempo, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Muitas delas passaram a se dedicar exatamente aos aspectos que Saussure havia excluído do campo da Linguística, tais como o uso concreto da língua pelos falantes e a sua evolução ao longo do tempo (BARRETO, 2010, p.190).

Em relação ao conceito de “língua” utilizado pelo LD, chama-nos a atenção a rápida menção ao conceito de “evolução”, a qual pode conduzir o aprendiz a pensar a língua numa escala evolutiva, o que acarreta uma visão preconceituosa de que existe um estágio melhor e outro pior, podendo prevalecer a ideia de que houve uma deturpação. Sabe-se que a língua segue um processo constante, dinâmico e circular, “a mudança linguística não é para melhor nem para pior, é simplesmente mudança” (BAGNO, 2013a, p. 55).

Embora consideremos interessante a menção ao conceito saussuriano de “língua”, como conhecimento dos primórdios da Linguística, entendemos que, para além de uma questão meramente de tempo, há a questão das metas da coleção. Se o foco é o “uso da língua”, uma definição sociointeracionista de língua, que contempla os fenômenos linguísticos em seus aspectos interacionais, conduz o aluno diretamente ao ponto desejado. Pois, afinal, “a língua não é uma entidade autônoma, que pode ser estudada sem que se leve em conta os falantes e suas interações sociocomunicativas. Sem falantes não existe língua, e a língua só existe em uso, na forma do discurso” (BAGNO, 2013a, p. 163).

4. 2. Variação linguística

Após conceituar “língua”, em *Perspectivas de análise da língua*, ainda no capítulo 16, o autor se vale de uma tirinha de “Aline”, de Adão Iturrusgarai, para ilustrar a língua em uso. Vejamos:



(BARRETO,2010, p. 191)

Entendemos que o livro procurou ilustrar a ideia de que usos linguísticos demarcam identidades: neste contexto, a identidade urbana de Pedro foi substituída por uma identidade rural e estigmatizada para alcançar um objetivo intentado: chamar a atenção de Aline por meio da quebra de expectativa desta em relação à “identidade” assumida por ele. Assim, objetivos distintos requerem usos linguísticos distintos. Vale ressaltar que a tirinha é um gênero ficcional mimético e os usos linguísticos dos personagens não são representações fiéis de quaisquer variedades.

No entanto, discordamos do LD em análise ao classificar como “caipiras” determinadas variedades nordestinas, bem como não concordamos com a associação de um

espúrio “sotaque caipira” aos usos realizados por nordestinos, quando explica o fato de Pedro tentar se passar por um falante nordestino e rural, como podemos ver abaixo:

A fala de Otto revela a imagem que ele tem de Aline: alguém que se impressionaria com certo estilo de roupa e jeito de falar. Também revela algo sobre ele: a sedução, em seu entendimento, está vinculada à aparência. Por sua vez, a resposta afirmativa de Pedro (“Só!”) associa-se ao modo de falar de determinado grupo de falantes jovens de ambientes urbanos. Pedro e Otto não são **“genuínos caipiras”**, nem conhecem **esse grupo**. O leitor percebe isso devido à fala de Pedro no último quadrinho: **ao tentar imitar o “sotaque caipira” ele emprega, na verdade, termos associados a grupos de falantes da região Nordeste do Brasil**. No contexto da tira, “Só!” é uma forma perfeitamente adequada de expressar concordância; já na situação de uma entrevista de emprego, por exemplo, soaria excessivamente informal (BARRETO, 2010, p.191. Grifos nossos).

Se Otto e Pedro não são “genuínos caipiras”, quem o são? Por que, ao usar termos típicos de falantes nordestinos, estaria Pedro imitando um “sotaque caipira”? Poder-se-ia chegar à conclusão de que “variação é coisa de caipira” (BAGNO, 2013b, p.82). A tirinha, com seu efeito de humor pretendido, por meio da representação do estereótipo de falante nordestino, exige uma explicação linguística adequada, a fim de que não se reforce o preconceito linguístico. Na explicação dada, o LD se vale de termos errôneos utilizados para rotular, pejorativamente, os usos pelos quais se valem falantes de variedades nordestinas; supervalorizando, discretamente, “o modo de falar de determinado grupo de falantes jovens de ambientes urbanos” do Sudeste, em detrimento do “sotaque caipira”, lançando os “termos associados a grupos de falantes da região Nordeste do Brasil” à comicidade, sem atentar para o reconhecimento da adequação destes à situação comunicativa.

Vale ressaltar, em relação às variedades nordestinas e/ ou rurais, que, em geral, elas são ilustradas em contextos que envolvem a comicidade, sem que haja, de fato, uma consideração científica das marcas (fonológicas, morfológicas, sintáticas), dos fenômenos observáveis, das normas que a regem. Ademais, não há variedades ou sotaques caipiras. Cabe ao professor ou à professora a tarefa de adaptar o material didático, de modo que os estudantes não sejam levados “a supor que ‘variação linguística’ é o mesmo que ‘falar errado’, ‘falar feito gente da roça’, ou seja, o velho preconceito linguístico travestido de terminologia científica” (BAGNO, 2013b, p. 82). Assim como as “tirinhas do personagem Chico Bento (de Maurício de Sousa), letras de música de Adoniran e Luís Gonzaga e os poemas de Patativa do Assaré”, a tirinha de Adão Iturusgarai não tem a intenção de representar fielmente uma variedade linguística; é desprovida de um “trabalho científico rigoroso” (BAGNO, 2013b, p. 83).

Prosseguindo, no início do capítulo 17, no tópico “Uma língua, muitas línguas”, há menção ao conceito de heterogeneidade de uma língua. Lemos:

Ao pensar na diversidade dos grupos humanos e em sua constante transformação, é fácil perceber que a língua reflete e também ajuda a construir essa diversidade. Isso é perceptível não apenas em relação a línguas diferentes, mas também no interior de uma mesma língua (BARRETO, 2010, p. 198).

Na seção intitulada “Variação linguística”, o livro em análise propõe a leitura do poema *Lisboa: aventuras*, de José Paulo Paes, que assinala diferenças lexicais entre o português europeu e o português brasileiro. Em seguida, fala sobre as diferenças de pronúncia e construções sintáticas entre as duas variedades. Ainda cita os exemplos “jerimum” *versus* “abóbora” para assinalar as variedades linguísticas existentes no próprio território nacional, acrescentando: “Todas as línguas do mundo variam, e cada uma apresenta diversas variedades linguísticas”, podendo ser definida a variação linguística como “o fenômeno comum às línguas de apresentar variações em função da época, situação de uso e das particularidades dos falantes. O uso da língua por um grupo social específico, com características próprias, constitui uma variedade linguística” (BARRETO, 2010, p. 198).

Observamos que o LD assume a heterogeneidade linguística, mas apenas no sentido de constatar a existência dessa pluralidade; sem, contudo, levantar a discussão acerca da valoração social, que elege algumas variantes como belas e rejeita outras, desprezando os que as utilizam, pois, “como se sabe, o preconceito lançado sobre essas variedades é, essencialmente, a transferência, para o plano linguístico, de preconceitos que são, no fundo, sociais” (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 78).

Entendemos que o poema de José Paulo Paes permite discussão sobre as variações lexicais entre o Português do Brasil e o de Portugal à medida que o texto contrapõe “cafezinho” a “bica”; “meias” a “peúgas”, “descarga” a “autoclisma”, mas e as variações fonológicas e morfossintáticas? Para focalizá-las, precisaríamos de material linguístico para além do poema. Concordamos com Bagno e Rangel ao dizerem:

Espera-se, pois, uma educação linguística que ofereça estratégias para um tratamento da variação linguística que não se limite a fenômenos de prosódia (“sotaque) ou de léxico (“aipim”, “mandioca”, “macaxeira”), mas que evidencie o fato de que a língua apresenta variação em todos os seus níveis e que essa variação está indissoluvelmente associada à variação social (BAGNO; RANGEL, 2005, p. 73).

Ainda sobre “variação linguística”, destacamos a definição de variação geográfica contida no livro em análise:

(...) diz respeito às diferenças que uma língua apresenta nas diversas regiões em que é falada, como observado no poema de José Paulo Paes. A língua portuguesa está presente na Europa (em Portugal), na África (em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), na América Latina (no Brasil) e na Ásia (no Timor Leste, nas cidades indianas de Goa, Damão e Diu e na cidade chinesa de Macau). Mesmo com as inúmeras particularidades - observadas também nas diversas comunidades falantes do Brasil -, **todos falam uma mesma língua** (BARRETO, 2010, p.199. Grifo nosso).

No excerto acima, observamos que, embora exista o reconhecimento de “inúmeras particularidades” do que se chama “língua portuguesa”, não se faz menção a essas particularidades – a ilustração ficou restrita apenas a poucos exemplos do léxico e apenas a

Brasil *versus* Portugal. Ao falar de variação regional, o livro poderia abordar, por exemplo, os preconceitos associados a falares rurais brasileiros. O professor, então, pode aproveitar a ausência desse esclarecimento para difundir o respeito às variantes estigmatizadas e conhecer “o repertório linguístico dos alunos, sem equivocções e livre de preconceitos linguísticos” (CARVALHO, 2010, p. 61). Além disso, o arremate “todos falam uma mesma língua” carece de uma explicação: há inúmeras particularidades, mas ainda é a mesma língua?

Prosseguindo com a abordagem da “variação linguística”, o tópico subsequente *Variação social: somos o que falamos*, que aborda os fatores condicionantes da variação, destaca que a variação social é influenciada por fatores sociais, econômicos, etários, e está relacionada a níveis de escolarização e às formações profissionais, o que condiz com o posicionamento científico (cf. CAMACHO, 2011, p. 40). Sobre a variação social, lemos na obra: “As diferentes formas de falar também fazem parte da construção da identidade dos diversos grupos humanos. Ou seja, por partilhar uma mesma variedade linguística, um conjunto de pessoas constitui-se como grupo e constrói uma identidade coletiva” (BARRETO, 2010, p. 199).

Por fim, quanto à variação estilística, o livro em análise aponta que alternamos nossas variedades de acordo com o contexto comunicativo, para que melhor nos entendam, de acordo com as impressões que fazemos de nós e de nossos interlocutores, de acordo com o contexto e com os objetivos intentados:

Não se usam as mesmas palavras ou expressões em uma entrevista de emprego, em uma conversa com os amigos, em uma situação de paquera ou para falar com uma criança pequena, sob o risco de não ser entendido, causar impressão negativa ou não alcançar o objetivo pretendido. Um mesmo falante, portanto, faz uso de diferentes variedades linguísticas de acordo com a situação de uso da língua (BARRETO, 2010, p. 199).

Em relação à variação estilística, de acordo com os PCNEM (BRASIL, 2000), a variedade a ser selecionada reflete a imagem que se faz de si e do interlocutor, influenciada, imprescindivelmente, pelo contexto comunicativo. No entanto, o LD não suscita a reflexão a respeito das consequências de não saber adaptar-se, limitando-se a dizer que pode culminar numa “impressão negativa”. Entendemos que se faz necessária explicação acerca da correlação entre as variedades e a visão social acerca delas.

Ora, a simples economia das marcas de plural, acionadas, em variedades estigmatizadas, no determinante apenas, assinala, em situações que requerem uso monitorado da língua, uma inadequação. O LD deixa a desejar no sentido de não explicitar o preconceito linguístico que a não adequação pode resultar. O grau de reflexão sobre as formas na transição entre os dois extremos de monitoramento linguístico possíveis, a saber “o estilo informal, em que é mínimo o grau de reflexão sobre as formas empregadas e o estilo informal, em que é máximo o grau de reflexão” (CAMACHO, 2011, p. 42) pode propiciar ao aluno o entendimento de que, sim, é possível e legítimo assumir sua variedade em momentos em que ela é válida, como também poderá mobilizar estilos mais monitorados em situações de uso formal da língua. Há que

assinalar que esses limites não são categóricos, há entre o estilo mais formal e o informal um contínuo. Além disso, a importância de dominar mais de uma norma, mais de uma gramática não é discutida, mas apenas se constata a existência da variação estilística.

O LD em análise é condizente com a Linguística ao afirmar que não existe uma forma melhor de falar, destacando que todo falante é usuário competente de sua língua materna, afirmando que “o valor de uma variedade linguística está muito associado à imagem que se tem sobre os grupos que a utilizam” (BARRETO, 2010, p. 199). Aqui seria outro espaço bastante oportuno para a temática do preconceito linguístico, com explicações sobre as regras que regem as variedades dos grupos cujas imagens não são socialmente prestigiadas, mas não encontramos essa discussão.

4.3. Distinção entre normas “cultas” e “padrão”

Destacamos que o livro traça distinção entre “norma-padrão” e “norma-culta” (BARRETO, 2010, p. 199). A norma-padrão é apresentada como uma abstração, um modelo idealizado, regido pela escrita literária e que, na tradição do ensino, este modelo é elevado à categoria de modelar. Vale ressaltar que o autor chama a norma-padrão de “variedade-padrão”. Não concordamos com essa denominação, pois, a rigor, não se trata de uma variedade real, mas de um construto teórico. A norma-culta, por sua vez, é apresentada como correspondendo aos usos linguísticos de falantes tidos como cultos, de acordo com critérios definidos por pesquisadores. Essa distinção é condizente com as modernas perspectivas da Linguística.

Em relação à importância da norma-culta para o aprendiz, o livro destaca que as variedades urbanas de prestígio são aquelas que dão “acesso a boa parte das oportunidades profissionais e de participação na vida pública, é fundamental conhecê-las e se apropriar delas” (BARRETO, 2010, p. 199). Apesar de se referir à inserção à vida pública, ao nosso ver, o livro deixa a desejar em relação ao maior objetivo de se conhecer a norma culta: a inserção no debate político. Sabendo que as variedades urbanas de prestígio são as utilizadas pelas esferas dominantes, sejam elas econômica, política e social, cabe ao estudante do Ensino Médio receber uma boa instrução dessas variedades e possa, assim, discutir em pé de igualdade os rumos de sua sociedade. Além de poder participar ativamente das discussões políticas, ter acesso à norma culta é democratizar o acesso aos bens simbólicos, culturais e sociais vinculados a ela.

5. Palavras concludentes

Podemos concluir que o tratamento dado às variedades linguísticas na obra em análise ainda é limitado. Há a ausência da explicação dos fenômenos linguísticos e falta maior aprofundamento sobre o porquê de se estudar a norma culta, bem como sobre os motivos pelos quais as variantes que fogem ao padrão são inferiorizadas. Essa discussão é importante à medida que viabiliza o interesse do discente para aprender a variedade ensinada na escola, pois haveria a compreensão do lugar das variedades prestigiadas no todo heterogêneo que é a língua.

Ao mesmo tempo, é necessária uma reflexão mais consciente sobre a capacidade de um falante mobilizar diversas variedades de acordo com os contextos. Somente com maiores explicações dos fenômenos que permeiam as variedades e maiores esclarecimentos destes, pode haver um ensino mais democrático de Língua Portuguesa, com alunos verdadeiramente conscientes das funções sociais de sua língua. No livro em questão, não se fala explicitamente dos preconceitos existentes em nossa sociedade em relação à língua, muito menos das razões pelas quais esses valores se associam a determinadas variedades.

À medida que o reconhecimento da variação linguística é difundido, haverá a consciência de que não existe modo mais certo ou mais errado de falar. O aluno precisa entender que a variedade levada para a sala de aula é marcada pela cultura e merece respeito. As escolas devem se desvencilhar do modelo da substituição e aproximarem-se mais do modelo da soma (CAMACHO, 2011). O aluno não precisa ignorar ou trocar por outra sua variedade, mas somá-la.

O valor de uma variedade linguística é medido pelo valor de seus falantes, “vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1985, p. 4). Desse modo, ao passo que é indispensável o trato científico das variedades estigmatizadas, faz-se necessário um ensino politizado da norma culta, como preponderante nas negociações sociais.

No geral, podemos dizer que o livro fala da existência das variedades, assumindo a heterogeneidade como característica da língua portuguesa, mas não esclarece que todas as variedades têm normas e que funcionam perfeitamente nas situações em que são utilizadas. A discussão dos valores atribuídos às diferentes variedades do português, bem como a adequação destas às diferentes situações comunicativas, é de fundamental relevância para o entendimento do lugar da chamada “norma culta” nesse todo que é a Língua Portuguesa e para desmitificar a ideia de que a variedade trazida de casa é errada, feia. Ou seja, é fundamental que o aprendiz tenha informações científicas acerca das diferentes variedades, sabendo que não precisa de ignorar a variedade já dominada, mas a ela somar outras variedades e, assim, adequá-las aos diferentes contextos conforme forem as exigências, tendo consciência de que todas as variedades possuem potencial expressivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria do Rosário Nascimento Ribeiro. O ensino da gramática nas séries iniciais. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro (orgs.). **Os doze trabalhos de Hércules**. São Paulo: Parábola, 2013, cap.1, p. 11-30.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. **Preconceito linguístico- o que é, como se faz**. 49 ed. Loyola: São Paulo, 2007.
- _____. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013a.
- BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013b.
- BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística com Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.5, n.1, p.63-81, 2005.

- BARRETO, Ricardo Gonçalves (org.). Português: ensino médio. São Paulo: Edições SM, 2010. Vol. 1 (Coleção ser protagonista).
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; OLIVEIRA, Tatiana de. Corrigir ou não as variantes não padrão na fala do aluno? In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro (orgs.). **Os doze trabalhos de Hércules**. São Paulo: Parábola, 2013, cap. 3, p. 45-62.
- _____. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**: Parte II – linguagens, códigos e suas tecnologias: Brasília: MEC/SEB, 2000.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2011, p.34-49, v. 11.
- CARVALHO, Ana Maria. Contribuições da sociolinguística ao ensino do português em comunidades bilíngues do norte do Uruguai. **Pós-Posições**, Campinas, v.21, n.3 (63), p. 45-65, 2010.
- COELHO, Paula M. C. R. **O tratamento da variação linguística no livro de português**. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- GENERRE, Maurizio. **Linguagem, poder e discriminação**. In: Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1985, p. 3-24.
- GONZÁLEZ, César Augusto. A abordagem explícita da variação linguística pelo livro didático aprovado pelo Plano Nacional do Livro Didático mais adotado no Estado do Rio Grande do Sul. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.
- ROJO, Roxane. Materiais didáticos no ensino de línguas. In: LOPES, L.P.M (org.). **Linguística aplicada na modernidade recente**. 1.ed. São Paulo: Parábola, 2013, p. 163-195.
- SILVA, Franciele Marques da; CARVALHO, Marilda Alves Adão. A variação linguística em livros didáticos de língua portuguesa. Campo Grande: Web-Revista **Sociodialeto**, 2013. V. 3, n.9, p. 86-106. Disponível em: <http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/14/01042013125508.pdf>; acessado em: 25 de fevereiro de 2014.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.